



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1671770 - RS (2017/0111377-3)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : SPRINGER CARRIER LTDA
ADVOGADO : CAIO MARCIO ZOGBI VITORIA E OUTRO(S) - RS024171
AGRAVANTE : SPRINGER CARRIER LTDA
ADVOGADO : CAIO MARCIO ZOGBI VITORIA E OUTRO(S) - RS024171
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. PETIÇÃO RECURSAL GENÉRICA. NÃO CONHECIMENTO. REQUISITOS DE VALIDADE. EXAME DE PROVA. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL. RECURSO FAZENDÁRIO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

A Fazenda Nacional e Springer Carrier Ltda. interpuseram recursos especiais contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CDA. NÃO-COMPROVAÇÃO. PRESCRIÇÃO. PARCELAMENTO. INOCORRÊNCIA. PAGAMENTO. CAUSA DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Não há falar em nulidade do título executivo, porquanto presentes os requisitos legais e indicada a legislação pertinente a cada acréscimo. Ademais, a dívida ativa regularmente inscrita é dotada de presunção juris tantum de certeza e liquidez, só podendo ser afastada por prova inequívoca.

2. Sobre a prescrição, o art. 174 do Código Tributário Nacional dispõe que: 'A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 anos, contados da data da sua constituição definitiva.' 3. O parcelamento é causa de interrupção do prazo.

4. Tanto o pagamento como a compensação são causas de extinção do crédito tributário, nos termos do art.156, incisos I e II, do CTN.

5. Os honorários advocatícios devem ser fixados em consonância com o art. 20, §§3º e 4º, do CPC, e com os parâmetros jurisprudenciais desta Turma, cujo entendimento é de que esses devem ser fixados em 10% sobre o valor da causa ou da condenação, afastando-se desse critério somente quando tal valor for exorbitante ou quando restar muito aquém daquilo que efetivamente deveria receber o advogado.

6. Considerando-se que a fixação em percentual sobre o valor excluído revelar-se-ia exorbitante, parcialmente provido o apelo da embargante, para o fim de ser a verba honorária fixada em R\$ 150.000,00, observados os critérios legais.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

A sociedade empresária alega, além da ocorrência de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 173 e 174 do CTN e do art. 2º da Lei n. 6.830/1980, aos argumentos de

nulidade da Certidão de Dívida Ativa, por erro no fundamento legal da cobrança (fls. 978/983):

A negativa se dá pelo erro grasso cometido pela Procuradoria ao promover a inscrição em dívida ativa (00 6 04 009604-04) do crédito tributário originado do processo administrativo nº 13002000131/00-10, eis que trata-se de crédito relativo ao FINSOCIAL e os dispositivos legais indicados como fundamento legal do crédito tributário são a Lei Complementar nº 70/91, própria para a COFINS.

Vejam, outrossim, que a mesma folha da CDA (fl. 18 dos autos da execução, cópia em anexo) indica como período de apuração da contribuição a competência 12/1991, ou seja, antes da entrada em vigor da Lei Complementar nº 70.

Além disso o crédito tributário relativo à inscrição em dívida ativa (00 6 04 009604-04) foi atingido pela decadência (artigo 173 do CTN) e, caso assim não se entenda, alcançado pela prescrição (artigo 174 do CTN).

Questionamentos similares alcançam o crédito tributário constante da CDA nº 00 3 04000276-92.

a discussão dos autos, mais a discussão contida no presente recurso limita-se a verificação de que a decisão guerreada firmou entendimento contrário a legislação vigente no que tange à ocorrência da decadência e/ou da prescrição, assim como deixou de aplicar o § 5º do artigo 2º da Lei nº 6.830/80.

E, para tal análise e apreciação, não há necessidade de qualquer revisão de provas e/ou fatos, mas tão somente a verificação do título executivo., para perceber que, em especial a CDA 00 6 04 009604-04, desrespeitou o § 5º do artigo 2º da Lei nº 6.830/80, quando indica como fundamento legal do crédito tributário a Lei Complementar 70/91 que instituiu a cobrança da COFINS, para fundamentar o lançamento de crédito tributário relativo ao FINSOCIAL.

[...]

Ao considerar que não há nulidade na CDA que indicou como fundamento legal para cobrança de FINSOCIAL, a legislação que instituiu a cobrança da COFINS, o Tribunal Regional da 4ª Região entrou em conflito com decisões proferidas por outro tribunal pátrio.

A Fazenda Nacional, por sua vez, alega violação do art. 1.022 do CPC/2015, aduzindo (fls. 1.038/1.043):

Sucede que o laudo pericial parte da premissa equivocada segundo a qual os débitos constantes nas CDA's não foram incluídos no REFIS. O acórdão embargado, em que pese ter adotado as conclusões do laudo pericial, reconheceu que os débitos foram objeto de parcelamento. Ora, não é possível que a decisão embargada tenha partido de uma premissa diversa, qual seja, a inclusão dos débitos no REFIS, e tenha chegado à mesma conclusão do laudo pericial no que diz respeito aos valores cobrados nas CDA's.

[...]

Em relação a essa CDA, considerou o Juízo ter havido dois pagamentos (R\$ 559.231,09 e R\$ 194.815,22) no valor total de R\$ 754.046,31. Esse valor pago foi abatido do valor da CDA (R\$ 887.462,81), concluindo remanescer o valor não pago de R\$ 133.415,69.

O raciocínio aplicado pelo sr. Perito e seguido pela sentença e pelo acórdão parte de premissa fática equivocada [...] o perito equivocou-se em seu laudo do Evento 2 – PET33. Isso porque o pagamento de R\$ 559.231,09 por ele considerado JÁ HAVIA SIDO COMPUTADO ANTES DA ADESÃO DA EMPRESA AO REFIS, como acima demonstrado. Se forem acolhidos os cálculos do perito e mantido o acórdão, esse pagamento de R\$ 559.231,09 estará sendo computado em dobro! Toda a questão foi devidamente demonstrada pela Receita Federal no documento juntado no Evento 2 – PET14 [...] Deve, portanto, ser corrigido o erro material por adoção de premissa fática equivocada de modo a alterar o acórdão para o fim de determinar-se o prosseguimento da execução quanto à CDA 00 3 04 000276-92 de modo integral.

[...]

Apesar de a cobrança ser relativa ao período de abril/1998, com vencimento em 29 de maio de 1998, o senhor perito considerou que as DARFs acostadas ao processo comprovavam que o tributo foi devidamente pago. Ocorre, contudo, que não há qualquer DARF relativo ao período juntada no processo

[...] É evidente que as DARFs consideradas pelo senhor perito não comprovam qualquer pagamento do crédito tributário objeto da CDA 00 2 04 004939-20, uma vez que essa CDA se refere a fatos geradores ocorridos, repita-se, em abril/1998 [...] O mesmo ocorreu com a CDA 00 6 04 009609-19. Não foram juntados com a inicial dos embargos quaisquer comprovantes de pagamento referentes a CSLL. A situação foi perfeitamente analisada pela Receita Federal (Evento 2 – PET14, pp. 19 e 20).

Impõe-se, portanto, a correção do acórdão. Os pagamentos comprovados no presente processo referem-se a períodos ou tributos distintos daqueles abarcados pelas CDAs 00.2.04.004939-20 e 00 6 04 009609-19.

O recurso fazendário foi admitido na origem, enquanto o da sociedade empresária, inadmitido, com base no enunciado da Súmula 7 do STJ, o que deu ensejo à interposição do Agravo em Recurso Especial.

Recurso especial admitido na origem.

É o relatório. Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (fls. 952/964):

Visando facilitar não apenas a análise dos argumentos tecidos neste Processo, mas igualmente a compreensão das alegações aduzidas, as Certidões de Dívida Ativa - CDAS serão examinadas separadamente.

(a) CDA n. 00.2.04.004939-20 (Procedimento Administrativo n. 11080451465/2001-98)

Inicialmente, sustenta a embargante que o débito acima inscrito estaria prescrito. Caso não fosse acolhida a tese da prescrição, aduziu a inexistência do crédito tributário, em razão do pagamento, e que as divergências existentes foram objeto de glosa pela Receita Federal (Auto De Infração n. 11065005762/2002-34).

Cabe salientar que se trata de CDA referente à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e que apresenta como período de apuração 04/1998 (fl. 06 e 07 da EF). O crédito foi constituído por declaração/notificação no dia 11/12/2000.

Nessa linha, insta também mencionar que o débito inscrito esteve incluso no Programa de Parcelamento denominado REFIS (2000), diante da adesão da empresa executada ao mesmo, conforme comprovam documentos juntados (fls.139 e 423).

Com relação aos créditos constituídos em momento anterior à edição da Lei Complementar n. 118/2005, impende registrar que o marco interruptivo previsto no inciso I da redação original do parágrafo único do art. 174 do CTN era determinado pela citação pessoal feita ao devedor.

A propósito dos efeitos da alteração legislativa, o Superior Tribunal de Justiça solidificou sua orientação no sentido de que a 'Lei Complementar 118, de 9 de fevereiro de 2005 (vigência a partir de 09.06.2005), alterou o art. 174 do CTN para atribuir ao despacho do juiz que ordenar a citação o efeito interruptivo da prescrição. (Precedentes: Resp 860128/RS. DJ de 782.867/SP. DJ 20.10.2006; Resp 708.186/SP, DJ 03.04.2006). Destarte, consubstanciando norma processual, a referida Lei Complementar é aplicada imediatamente aos processos em curso, o que tem como consectário lógico que a data da propositura da ação pode ser anterior à sua vigência. Todavia, a data do despacho que ordenar a citação deve ser posterior à sua entrada em vigor, sob pena de retroação da novel legislação' (AgRg no Ag 1061124, Primeira Turma, Rel. Min. LUIZ FUX. D..1.E.03/11/2010).

No mesmo sentido, o aresto cuja ementa segue a seguir colacionada, proferido por Órgão fracionário distinto (sem grito no original):

[...]

Registre-se, outrossim, que 'o pedido de parcelamento interrompe o prazo prescricional, nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 174 do CTN, que começa a contar, por inteiro, quando de seu descumprimento' (AC 5022020-14.2011.404.7000, Segunda Turma do TRF4. Rel. Des. LUCIANE AMARAL CORREA MÜNCH, de 25/09/2013).

[...]

Estabelecidas essas premissas, verifica-se que, conforme documentos carreados aos autos, a empresa somente foi excluída do REFIS em 01/08/2003, tendo a inscrição se realizado em 17/05/2004, o ajuizamento da execução fiscal em 17/12/2004 e a determinação da citação em 10/10/2005 (fl.29 da EF).

Assim, não há se cogita de prescrição.

Por fim, quanto às demais alegações, em análise ao Laudo Complementar, observa-se que, a partir do confronto dos valores recolhidos/pagos e dos valores devidos, o Perito Contábil concluiu que o valor constante na CDA em referência já foi integralizado (fl.528).

Portanto, nada mais sendo devido, afigura-se imperiosa a extinção da Execução Fiscal neste tópico.

(b) CDA n. 00.2.04.006245-37 (PA n. 11065501653/2004-13)

A parte embargante sustenta que o pagamento da CDA em apreço foi objeto de glosa (Auto de Infração n. 11080000783/2002-75). Informou, também, que o pagamento foi efetuado por meio de compensação e que os valores lançados no Auto de Infração n. 11065501653/2004-13 já haviam sido autuados pelo Auto de Infração n. 11080000783/2002-75. Essa informação é ratificada pela própria exequente/embargada, União Federal, que assim expressamente se posicionou (fl.136):

'De fato, Segundo documento de inscrição que, neste momento, aos autos, se anexa, as inscrições citadas foram canceladas'.

Destarte, o Executivo Fiscal deve ser extinto com relação à CDA n. 00.2.04.006245-37.

(c) CDA n. 00.3.04.000276-92 (PA n. 11080456569/2001-990)

Sustenta a parte embargante que a CDA acima suscita dúvidas, apresentando irregularidades. Além disso, alega a prescrição crédito, a integralização do mesmo, o qual inclusive esta abrangido pelo Auto de infração n. 11080013226/2001-22, decorrente de Auditoria realizada nos seus livros fiscais.

De acordo com os autos, a CDA em análise diz respeito à inscrição em dívida ativa decorrente de cobrança de IPI. A data do fato gerador do tributo é dezembro de 1996, enquanto a do lançamento é 11/12/2000.

Cabe também mencionar que o débito inscrito esteve incluso no Programa de Parcelamento denominado REFIS (2000), diante da adesão da empresa executada ao respectivo Programa, conforme comprovam documentos acostados (fls.140 e 424).

Consideradas as premissas jurídicas indicadas por ocasião da análise da CDA n.00.2.04.004939-20 (Procedimento Administrativo n. 11080451465/2001-98), hic et nunc reiteradas, verifica-se que, conforme documentos carreados aos autos, a embargante somente foi excluída do REFIS em 01/08/2003, tendo a

inscrição se realizado em 2004, o ajuizamento da Execução Fiscal em 17/12/2004 e a determinação da citação em 10/10/2005 (fl. 29 da EF).

Assim, não incide o prazo prescricional.

De outro lado, a CDA em exame contém todos os elementos essenciais arrolados na Lei de Execuções Fiscais - LEF (art.2.º. § 5.º). contendo referência a natureza do débito, sua origem e fundamentação legal.

No Discriminativo de Débito Inscrito (Anexo I que integra CDA) constam ainda os valores inscritos e respectivos vencimentos, termo inicial dos juros de mora e atualização monetária, bem como os valores respectivos em cada competência.

Ao mencionar o tributo objeto de cobrança e o período respectivo, a CDA permite ao contribuinte o conhecimento acerca do fato gerador da obrigação, bem como da base de cálculo e alíquota. Uma vez que tais elementos constam da própria lei instituidora do tributo, referida no campo 'Fundamentação Legal'. O critério de correção monetária e a forma de calcular os juros de mora igualmente decorrem de disciplina legal. Sendo assim, na medida em que a CDA indica a base legal da atualização monetária e dos juros de mora, informa apropriadamente a maneira pela qual se foram calculados.

Impende explicitar, ainda, que os encargos de mora também decorrem da legislação pertinente, não havendo justificativa, portanto, para instauração de contencioso administrativo apenas para viabilizar a discussão quanto à sua legitimidade. A possibilidade de discutir a validade das normas que os estipularam fica relegada para a esfera judicial.

Por fim, a LEF não exige que a CDA esteja instruída com cópia do procedimento administrativo que lhe deu origem para fins de execução. É suficiente, para esses eleitos, a mera referência ao número do mesmo (art. 2.º. § 5.º, VI), o qual permanecerá a disposição para consulta pelo contribuinte na repartição competente. Não constitui condição de procedibilidade da execução fiscal que seja instruído com o respectivo procedimento. Ademais, depreende-se da leitura do art. 41. caput, da Lei n. 6.830/80, que a parte interessada pode acessa-lo sem necessidade de intervenção judicial. A propósito. Seguem colacionados arestos que denotam jurisprudência remansosa sobre a matéria:

[...]

Assim, não há qualquer lacuna ou nulidade na CDA que pudesse comprometer o exercício do direito de defesa por parte da embargante. Tampouco se cogita acerca de iliquidez ou incerteza. Não apontou a embargante, sobretudo, qualquer equívoco nos valores descritos no título, de modo suficiente a ilidir essa presunção de que se reveste.

Desse modo, devem ser rejeitadas as ponderações da parte embargante.

Sem embargo, quanto às demais alegações, em análise o Laudo Contábil (fl. 504) e Complementar (fl. 530), apresentam as seguintes assertivas:

De acordo com a Certidão de Dívida Ativa de fls.13 dos autos, o valor do tributo gerado é de R\$887.462.511 e sua competência é de dezembro de 1996. Em fls. 115 e dos autos temos dois pagamentos de R\$559.231,09 e R\$194.815,22, totalizando R\$754.046,31, referente ao mês de dezembro de 1996.

O valor da CDA (fls. 13 dos autos da Ação de Execução Fiscal em apenso) é de R\$ 887.462,81, restando devidos, quanto à CDA sob exame, o montante de R\$133.415,69.

Portanto, merece parcial acolhida a alegação de pagamento do valor, ainda que

não em sua integralidade, restando devidos, quanto à CDA sob exame, o montante de RS 133.415,69 (cento e trinta e três mil quatrocentos e quinze reais e sessenta e nove centavos).

(d) n. 00.3.04.000361-79 (PA n. 11065501654/2004-50)

A parte embargante sustenta que houve decadência, irregularidade da notificação realizada por edital, satisfação do crédito tributário pelo pagamento e que o débito está compreendido no Auto de Infração n. 11080013226/2001-22.

Sem embargo, em manifestação nos autos (fls.419/420), posteriormente repisada nos memoriais (fl.574), a exequente/embargada informa que houve a baixa a referida inscrição. Ressalva, de todo modo. Que houve equívoco no preenchimento de DCTF, o que por si só afastaria eventual responsabilidade da União Federal, não sendo cabível, pois, sua condenação em honorários.

Deveras, conforme apurado no Parecer DRF/NHO/SECAT n. 285/07 (fls. 441/444) ficou evidenciado o erro no preenchimento da DCTF relativa ao primeiro trimestre de 1998, em relação à informação do IPI devido e integralizado no período.

Superada essa questão, saliento que a disciplina dos honorários será apreciada no momento oportuno.

(e) n. 00.6.04.009604-04 (PA n. 13002000131/00-10)

Sustenta a embargante que a CDA em comento apresenta vícios e incongruências e que discutia judicialmente a cobrança das contribuições para o FINSOCIAL, sendo que os valores mensalmente apurados foram depositados em conta judicial vinculada ao Processo n. 900010643-5, que tramitou na 5ª Vara Federal de Porto Alegre, assim, qualquer diferença deveria ter sido assinalada no momento da conversão em renda da parte dos depósitos que coube à União Federal. Alega, também, a incidência da decadência e da prescrição.

Conforme documentos juntados aos autos, o tributo lançado e' o FINSOCIAL. O período de apuração corresponde a novembro e dezembro de 1991. O debito, no entanto, foi incluído no Programa de Parcelamento denominado REFIS (2000), diante da adesão da empresa executada ao respectivo programa, conforme comprovam documentos acostados (fls. 139 e 426), em 27/04/2001.

Assevere-se que a forma de constituição do crédito foi o termo de confissão espontânea. Por conseguinte, na linha de precedentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 'tratando-se de débitos confessados pelo próprio contribuinte. Por meio de obrigação acessória tendente a esse fim (DCTF, GFIP, declaração de rendimentos, etc), dispensa-se afigura do ato formal de lançamento, não havendo mais falar em decadência e sim em prescrição'(APELREEX 2005.70.15.001355-3, Segunda Turma, Rel. Des. OTAVIO ROBERTO PAMPLONA, D.E. 30/06/2010).

Destarte, não se cogitando de decadência, Cumpre examinar o argumento acerca do implemento do prazo prescricional. Nesse norte, Consideradas as premissas jurídicas indicadas por ocasião da análise da CDA n. 0.2.04.004939-20 (Procedimento Administrativo n.'11080451465/2001-98), topicamente reiteradas, constata-se que, conforme documentos carreados aos autos, a empresa somente foi excluída do REFIS em 01/08/2003, tendo a inscrição se realizado em 08/09/2004, o ajuizamento da execução fiscal em 17/12/2004 e a determinação da citação em 10/10/2005 (fl. 29 da EF).

Portanto, igualmente não transcorreu o lustro prescricional.

Com relação ao argumento de que os valores mensalmente apurados foram depositados em conta judicial vinculada ao Processo n. 900010643-5, que tramitou na 5ª Vara Federal de Porto Alegre, e que qualquer diferença deveria ter sido assinalada no momento da conversão em renda da parte dos depósitos em favor da exequente/embargada, igualmente não merece prosperar. Isso porque a embargante não comprovou um ou outro nestes autos, o que poderia ser efetuado com a juntada da sentença, dos comprovantes de depósito, do levantamento/conversão em renda, etc., limitando-se a apontar o número do Processo e carrear a informação sobre o andamento do mesmo (fls.216/218).

Quanto às alegadas imperfeições contidas na CDA em exame, é suficiente reproduzir fundamentos idênticos relacionados ao tema quando apreciada a CDA n. 00.3.04.000276-92 (PA n. 11080456569/2001-99). Assim, não devem ser acolhidas.

(f)n.00.6.04.009609-19 (PA n. 11080451465/2001-98)

Expõe a embargante que o crédito está prescrito, bem como o pagamento do mesmo.

Conforme documentos juntados, o tributo lançado consiste na Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL. O lançamento ocorreu em 11/12/2000. A forma de constituição do crédito foi declaração de rendimentos.

Cabe também mencionar também que o débito inscrito esteve incluso no Programa de Parcelamento denominado REFIS (2000), diante da adesão da empresa executada ao respectivo programa, conforme comprovam os documentos juntados (fls. 139 e 425).

No que se refere à prescrição, reitero as premissas jurídicas indicadas por ocasião da análise da CDA n. 00.2.04.004939-20 (Procedimento Administrativo n. 11080451465/2001-98). Nessa linha, constata-se que, conforme documentos carreados aos autos, a empresa somente foi excluída do REFIS em 01/08/2003, tendo a inscrição se realizado em 08/09/2004, o ajuizamento da execução fiscal em 17/12/2004 e a determinação da citação em 10/10/2005 (fl. 29 da EF).

Portanto, não houve prescrição.

No que tange ao alegado pagamento, porquanto 'na recomposição do valor devido à título de contribuição social sobre o lucro pela Embargante no ano-base de 1997, foi recolhido valor a maior, em que pese o necessário ajuste temporal, o que poderá ser devidamente demonstrado pela realização de perícia' (fl. 27), manifestou-se o Perito Contábil, no laudo complementar (fl.532), que:

O demonstrativo apresentado em fls.28 dos autos não possui divergência informando os pagamentos de CSSL, comprovados com as cópias das referidas DARF's

Por acolhido o laudo, procede o arrazoado da embargante nesse aspecto, visto que integralizados os débitos referentes ao tributo em questão.

(g) n. 00.6.04.012088-03 (PA n. 11065501655/2004-02)

Afirma a embargante que os valores foram pagos mediante compensação, de forma que a situação se assemelha ao da CDA n. 00.2.04.006245-37 (PA n. 11065501653/2004-13), bem como que houve duplicidade do lançamento.

Compulsando os autos, constata-se que deveras o encaminhamento adotado

com relação à CDA n. 00.6.04.012088-03 (PA n. 11065501655/2004-02) deve ser o mesmo atinente a CDA ora sob análise. Com efeito, conforme manifestação expressa da exequente/embargada (fl.136):

De fato! Segundo documento de inscrição que, neste momento, aos autos, se anexa, as inscrições citadas foram canceladas.

Assim, frente ao cancelamento da CDA, acolho o pedido de extinção do feito sem resolução do mérito.

(h) Honorários Advocatícios

Insta registrar que a aplicação do princípio da causalidade estabelece a condenação daquele que interpôs indevidamente executivo fiscal, ao final encerrado de plano por determinação judicial (AC 5061877-24.2012.404.7100, Primeira Turma do TRF4ªR., Rel. Des. JOEL ILAN PACIORNIK, D.E. 12/06/2014; AC 0004188-72.2014.404.9999. Segunda Turma do TRF4ªR., Rel. Juíza CARLA EVELISE JUSTINO HENDGES. D.E. 28/05/2014). A título ilustrativo, os precedentes a seguir transcritos (sem grifos nos originais):

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CANCELAMENTO DAS CDAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. À luz dos princípios da sucumbência e da causalidade, a parte arcará com os honorários advocatícios quando sucumbir de seu pedido ou der causa imotivada ao ajuizamento. 2. O ajuizamento do executivo fiscal, embora aparentemente motivado, poderia ter sido evitado se o Fisco procedesse a revisão da inscrição em dívida ativa, fato que evitaria o ajuizamento desnecessário. 3. In casu, a Receita Federal somente procedeu à análise do pedido de revisão aviado na esfera administrativa, após a oposição da exceção de pré-executividade, prolongando injustificadamente a discussão que poderia ter sido desvelada na esfera administrativa. 4. Verba honorária reduzida nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do Código de Processo Civil. (AC 5014867-56.2013.404.7000. Primeira Turma do TRF 4ª, Rel. Dês. JOEL ILAN PACIORNIK, D.E. 12/06/2014).

PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO PELO EXEQUENTE APÓS OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE TERCEIRO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO.

1. A jurisprudência do STJ entende que a extinção da execução fiscal, após a citação do devedor, possibilita a sucumbência processual, afastando-se a aplicação do art. 26, da Lei de Execução Fiscal

2. O cancelamento da inscrição em dívida ativa após a apresentação da defesa impõe ao exequente a condenação aos honorários advocatícios.

(AC 50111829-87.2012.404.7112, Primeira Turma do TRF 4ªR, Rel. Des. JORGE ANTONIO MAURIQUE, D.E. (01/07/2014).

Na hipótese, são adotados judicialmente os seguintes encaminhamentos processuais:

(I) extinção do processo sem resolução do mérito em decorrência do cancelamento administrativo da CDA: n. 00.2.04.006245-37 (PA n. 11065501653/2004-13) e n. 00.6.04.012088-03 (PA n. 11065501655/2004-02);

(II) extinção do processo com resolução do mérito em decorrência do reconhecimento do pagamento do tributo: n. 00.2.04.004939-20 (Procedimento Administrativo n. 11080451465/2001-98), n. 00.3.04.000361-79 (PA n. 11065501654/2004-50) e n. 00.6.04.009609-19 (PA n. 11080451465/2001-98);

(III) extinção do processo com resolução do mérito reconhecendo a validade da cobrança aviada na CDA: (parcialmente) n. 00.3.04.000276-92 (PA n. 11080456569/2001-99), apenas parcialmente, e n. 00.6.04.009604-04 (PA n. 13002000131/00-10).

Destarte, das sete CDAs que instruem a Execução Fiscal em apenso, remanescem hígidas apenas duas, sendo que uma delas, aliás, apenas parcialmente. Não obstante, é imprescindível asseverar que com relação à CDA n. 00.3.04.000361-79 (PA n. 11065501654/2004-50), a exeqüente/embargada imputou a embargante a responsabilidade do ajuizamento por que decorreu de preenchimento equivocado de documento fiscal pelo contribuinte.

O critério quantitativo, consideradas as CDAs, não se mostra suficiente e adequado, entretanto, para a disciplina dos honorários. Mais ajustado é considerar o proveito econômico obtido por intermédio dos presentes embargos.

Nesse norte, considerando que a Execução Fiscal apresentou como valor da causa importância superior a R\$ 40.000,00 (quarenta milhões de reais) e que o remanesce íntegro a cobrança de quantia aproximada a R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), deve a exeqüente/embargado responder pelos honorários advocatícios e periciais, porquanto mínima a sucumbência da embargante.

Estabelecidos esses critérios, considerado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, mostra-se correto arbitrar os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor em que deve prosseguir a Execução Fiscal embargada. '

Assim, não tendo vindo aos autos novos elementos que ensejassem alteração no entendimento adotado, tenho que a sentença hostilizada merece ser mantida na íntegra, com exceção da base de cálculo dos honorários.

Com efeito, a base de cálculo considerada pelo ilustre julgador monocrático (valor pelo qual deveria prosseguir a execução) privilegia a Fazenda Pública (exequente/embargada), em flagrante ofensa ao trabalho realizado pelo advogado da parte embargante, que obteve êxito em sua ação, reduzindo, como já mencionado, o montante devido de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil).

Dessa forma, tenho que assiste razão ao embargante ao mencionar que a verba sucumbencial deve incidir sobre o montante excluído da execução, conforme já decidiu esta Turma no julgamento da AC nº 20077202004108-2, publicado em 15.01.2009.

No tocante aos honorários advocatícios, dispõe o art. 20, §4º, do CPC:

'Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

(...)

§3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

- a) o grau de zelo do profissional;
- b) o lugar de prestação do serviço
- c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

§4º Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação

equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.'

É entendimento majoritário desta Turma que os honorários de advogado devem ser fixados em 10% sobre o valor da causa ou da condenação, somente afastando-se desse critério quando tal valor for exorbitante ou quando restar muito aquém daquilo que efetivamente deveria receber o advogado (EIAC nº 2000.04.01.107276-3/PR, Rel. Des. Federal Wellington Mendes de Almeida, DJU 10/10/01 e AC nº 2004.70.00.034874-7, Rel. Des. Federal Dirceu de Almeida Soares, DJU 02/08/05).

Contudo, considerando-se que a fixação em percentual sobre a quantia excluída revelar-se-ia excessiva, deve a verba honorária ser fixada no valor de R\$ 150.000,00, corrigida pelo IPCA-E - valor condizente com o trabalho realizado pelo causídico, tendo em vista o tempo de duração do processo (oito anos), o fato de o escritório do advogado localizar-se em cidade diversa daquela em que se processou a demanda (Porto Alegre/RS e Canoas/RS), bem como o grau de zelo do profissional, a natureza e a complexidade da causa.

Ante o exposto, voto por negar provimento à apelação da União Federal e remessa oficial e dar parcial provimento à apelação da embargante, nos termos da fundamentação.

Por ocasião da rejeição dos embargos de declaração, nada foi acrescido à fundamentação. Pois bem.

Agravo em Recurso Especial de Springer Carrier Ltda.

O agravo deve ser conhecido, mas o recurso especial não.

Primeiro, quanto à mera alegação de violação dos arts. 173 e 174 do CTN, o conhecimento do recurso encontra óbice na Súmula 284 do STF, pois a petição recursal não tem causa de pedir correlata.

Segundo, com relação ao art. 2º da Lei n. 6.830/1980 e à divergência jurisprudencial, o recurso encontra mesmo óbice na Súmula 7 do STJ, pois não há como se aferir o preenchimento dos requisitos de validade da Certidão de Dívida Ativa na via do recurso especial, tendo em vista essa providência caracterizar reexame de prova.

Recurso especial da Fazenda Nacional.

Não há violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

E, no caso, o órgão julgador a quo apoiou a conclusão do acórdão recorrido em análise do acervo probatório, como se vê da transcrição supra, não sendo o delineamento fático suficiente para alcançar eventual conclusão em sentido contrário ao que foi decidido.

Nessa linha, eventual acolhimento da pretensão fazendária depende do reexame de provas, razão pela qual seu recurso também encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo de Springer Carrier Ltda. para não conhecer do recurso especial; e não conheço do recurso especial da Fazenda Nacional.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 02 de abril de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator